

teiramente superados. Ainda há pouco o Eng. Evandro de Almeida asseverava em uma reunião daquela entidade de classe: "Gostaria de apresentar um quadro real da eletrificação rural no Estado de São Paulo: a cooperativa elétrica que ora se constrói em Registro está em grande parte paralisada devido a uma falha da companhia que ganhou a concorrência dos transformadores: a General Electric. Tendo essa companhia vencido a concorrência em dezembro do ano passado, prometeu entregar todos os transformadores (cerca de 120) no máximo até fevereiro deste ano. Pois bem. Estamos em fins de junho e aquela companhia ainda não entregou nem a metade dos ditos transformadores. Solicito ao presidente da UCESP, como membro que é da COER, que envie um telegrama àquela companhia, a fim de apressar a entrega daquele material, pois, no próximo mês, (julho) completará o terceiro ano que iniciamos a Cooperativa Elétrica de Registro e ainda não estamos em condições de entregá-la pronta devido a esse fato.

2. Ao mesmo tempo solicito de V. S.^a ir pessoalmente ao governador do Estado, a fim de liberar verba para este ano, de 40 milhões de cruzeiros para compra de cerca de 25 viaturas e admissão de pessoal, porque na situação em que se encontra o Serviço Especial de Eletrificação Rural com apenas oito viaturas das quais cinco permanentemente encostadas, em conserto, quase nada se pode fazer.

Com as 3 viaturas disponíveis estamos terminando com dificuldade as Cooperativas de Moji-Mirim e S. João da Boa Vista. Ora, temos programado para este ano mais 8 cooperativas, entre as quais as de Araras, Limeira, Piraçununga e Barretos, que aguardam a ida de nossas equipes, a fim de iniciarmos os serviços cadastrais nas referidas zonas. Desde fevereiro está o SEER para iniciar os referidos estudos, mas nada pode fazer sem pessoal e viaturas. Cumpre notar que temos cerca de 400 mil propriedades agrícolas no Estado para eletrificar e no passo que andamos penso que vamos levar 250 anos para eletrificar a zona rural. Os pedidos dos municípios se avolumam e o SEER nada pode fazer. Trata-se de um problema permanente."

O problema, como se vê, reclama não só investimentos, como, também, o prosseguimento de uma campanha de esclarecimento. Os lavradores e demais interessados na efetiva solução da matéria não obstante a posição das concessionárias de energia elétrica e alguns setores governamentais, que se colocam a seu serviço, ainda mesmo quando está em jogo o interesse nacional estão vacilantes. A eletrificação rural poderá estar em pleno desenvolvimento dentro de 2 anos e resolvida dentro de 10 se for realizado um planejamento global. A vigilância nesse campo é indispensável. Ainda voltaremos ao assunto.

O PETRÓLEO E A PETROBRÁS

Rio de Janeiro — 20 de março de 1962

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal da Petrobrás

Ao Dr. Francisco Mangabeira, Presidente da Petrobrás

Ao Dr. Pedro de Moura, Superintendente do Departamento de Exploração da Petrobrás

Caros compatriotas!

Venho congratular-me com a nova direção e desejo que ela impulsiona cada vez mais o progresso da Petrobrás. Escrevo-lhes como patriota brasileiro e alagoano.

NAS ZONAS PETROLÍFERAS DE ALAGOAS —
Conforme assinalei nas palestras que tive a 14 de março de 1962, com os Drs. Francisco Mangabeira e Pedro de Moura, percorri várias zonas petrolíferas de Alagoas em 1960, além das pesquisas de campo que aí realizei em 1916-1919.

Que observei em 1960?

1.º — Visitei o poço de Jequiá n.º 1, na zona de São Miguel, onde jorrou petróleo em 1957. Aí notei vários tanques-depósitos. Mas tudo parado. Por que? Não souberam explicar-me. Disseram-me apenas: — "Só no Departamento de Exploração, no Rio de Janeiro, poderão responder-lhe". Mas este Departamento era, então, dirigido pelo Sr. Walter Link. E Mister Link negava a existência de petróleo em Alagoas...

2.º — Visitei o poço de Jequiá n.º 2. Produzia 30 barris em 8 horas. Poderia produzir 50 a 60 barris. Com uma simples chave de parafuso, abriram, aí, a bomba instalada. Então, das entranhas da terra alagoana, vi, comovido, jorrar o gás com força tremenda e, depois, um jato poderoso de petróleo excelente! Mas tudo ficou parado. Por quê? Não souberam explicar-me. Disse-me que só o próprio Link poderia responder-me...

3.º — Visitei o Terminal Marítimo, na zona de Jequiá. Fica numa colina-barreira diante do Oceano Atlântico, pertinho do oceano. Aí observei 3 tanques-depósitos com 6 mil barris de petróleo. Caso se trate de uma zona petrolífera importante, êste lugar seria propício à construção do oleoduto Jequiá-Terminal Marítimo e de um pôrto para navios petroleiros. Mas encontrei tudo parado. Por quê? Não souberam explicar-me.

4.º — Visitei o poço de Barra de São Miguel. Perfuraram, aí, 3.665 metros. Nada encontraram, a não ser arenito e xisto betuminoso. Abandonaram a perfuração. Tudo perdido: o trabalho, o tempo, o dinheiro. Por quê? Em nome de que razões geológicas e geofísicas fizeram a perfuração em Barra de São Miguel? Não souberam explicar-me.

5.º — Visitei o Pôrto Francês, no Município de Marechal Deodoro. Fizeram uma perfuração mal feita. Desmoronou. Tudo perdido: o trabalho, o tempo, o dinheiro. E abandonaram a zona. Por quê? Não souberam explicar-me.

6.º — Visitei o poço do Tabuleiro do Martins, no Município de Maceió. A primeira perfuração foi negativa. Vi tudo abandonado. Agora, a nova perfuração é promissora.

7.º — Visitei o poço da Ponta Verde, também no Município de Maceió. Mister Link resistiu desesperadamente aos técnicos brasileiros que preconizavam trabalhos nesse lugar. Afinal, fêz-se a perfuração. O poço produziu 15

barris em 24 horas. Mas recusaram aproveitar o petróleo. O poço foi recoberto por uma camada sólida de cimento. E ficou totalmente abandonado. Por quê? Não souberam explicar-me.

8.º — Visitei a zona do Riacho Doce, igualmente no Município de Maceió. Houve, aí, algumas perfurações positivas: a do Serviço Geológico em 1922 e a Companhia Petróleo Nacional aí por 1934. Mas, depois, nada encontraram. Por quê? Não souberam explicar-me.

Tais as observações que fiz e as dúvidas que levantei em Alagoas, em 1960.

PROBLEMAS EM DEBATE — Inúmeros problemas merecem ser debatidos públicamente.

No presente, surgem novas zonas promissoras. Tais são a do Tabuleiro do Martins, no Município de Maceió, e a de Piaçabuçu, perto da foz do Rio São Francisco. Isto não é indício de que Alagoas tem muitas possibilidades?

As zonas petrolíferas de Alagoas mergulharão pela plataforma do Oceano Atlântico adentro? Até que limite? Só a ciência e a técnica poderão dizê-lo. De qualquer forma, penso que o problema de uma *zona petrolífera submarina* é digno de ser aprofundado, teórica e praticamente.

No passado, técnicos estrangeiros e seus confrades brasileiros negaram a existência de petróleo em nosso País. Depois, só abriram uma exceção — para o Recôncavo baiano. E que, aí, o petróleo não lhes pediu licença e foi jorrando desde 1939...

Fora do Recôncavo, quando a perfuração era negativa, uns e outros sentenciavam triunfalmente: — “Bem dizíamos que o resto do Brasil não tem petróleo!”

Quando a perfuração era positiva, como em Alagoas, sentenciavam com o maior desdém: — “Não é petróleo comercial!” A discussão prolongava-se, acadêmica, escolástica...

Como não é possível afirmar, hoje, que Alagoas tenha zonas petrolíferas excepcionais, os derrotistas aproveitam para sentenciar: — “Alagoas e, em geral, o Brasil não têm petróleo. E não vale a pena tanto esforço!”

Em contraste, na União Soviética — potência mundial socialista, intensamente industrializada, rica de carvão e petróleo — visitei grandes usinas elétricas como a de Chatura, baseadas na turfa — combustível pobre, forma inferior da hulha, de pouco rendimento calorífico. Assim, na Europa, tudo é aproveitado. E no Brasil? Os derrotistas negam as nossas riquezas naturais ou falam sobre elas com desprezo!

É sabido que Alagoas tem três condições geológicas ideais. Tem as rochas matrizes, geradoras do petróleo, as camadas que podem servir de reservatório e a estrutura necessária. O Sr. Walter Link, em seu relatório, em 1960, foi obrigado a reconhecer esta verdade. Mas tirou, daí, uma conclusão falsa. Relegou Alagoas ao desprezo. Reduziu-a a uma pobre “bacia marginal”. Condenou-a ao abandono. Por quê? Porque Alagoas ainda não teve o fabuloso “êxito comercial”, tão esperado na época do imperialismo e dos lucros máximos. O “crime” espantoso de Alagoas!

Em contraposição a Mister Link, o Dr. Pedro de Moura, em sua *Análise do Relatório Link*, considera a bacia de Alagoas “sincrônica do Recôncavo” petrolífero baiano. E acentua: “Alagoas é uma bacia geológica com todas as características de província petrolífera. Geologicamente o é, pois tem todas as condições para gerar petróleo.” Eis a verdade!

O célebre poço do Lobato-Joanes, onde jorrou petróleo em 1939, só produzia 3 (três) barris diários. O poço de Jequiá n.º 2, em Alagoas, produz 30 barris em 8 horas e pode produzir 50 a 60. O poço atual do Tabuleiro do Martins está produzindo 40 barris diários.

Apesar da insignificante produção do Lobato-Joanes, a Bahia não foi abandonada em 1939. Era uma política

justa. Estamos vendo suas conseqüências admiráveis. Por que, então, Alagoas deve ser abandonada, como querem os derrotistas? Os poços de Alagoas já estão produzindo muito mais que o Lobato-Joanes em 1939!

Nova Olinda, na Amazônia, já produziu 4 mil barris de petróleo. Alagoas, até abril de 1961, 20 mil. Infelizmente, depois desta produção total, hoje muito maior, depois de tantos esforços, tormentos e sacrifícios de uma série de bravos e heróicos pioneiros e lutadores, não sei se, até hoje, Alagoas pôde fornecer sequer um litro de petróleo ao consumo nacional!

Diante de situação tão dolorosa, certos jornais de Alagoas defendem uma tese estranha. Acentuam: — “É preciso abandonar totalmente as pesquisas de petróleo e empregar o dinheiro na renovação das usinas açucareiras”. Como se o futuro do Brasil estivesse unicamente na lavoura canavieira!...

NA LUTA PELO PETRÓLEO — Caros Drs. Francisco Mangabeira e Pedro de Moura! Quem lhes escreve é um homem que vem lutando pelo petróleo brasileiro desde 1916-1917.

O aproveitamento do nosso petróleo foi um dos sonhos da minha mocidade — quando tinha apenas 20 anos.

Percorri 1.500 quilômetros, dos quais 600 a pé, fazendo pesquisas de campo, procurando indícios de petróleo.

Na conferência pronunciada em Maceió, a 12 de outubro de 1917 e no livro *Canais e Lagoas*, escrito em Maceió em 1917 e publicado no Rio de Janeiro em 1919, acentuei a existência de indícios de petróleo em 14 lugares de Alagoas. Vários deles, nas zonas de Maceió e São Miguel, hoje reconhecidos como petrolíferos.

No Rio de Janeiro, em 1919, falei especialmente com o Ministro da Agricultura, Dr. Simões Lopes, ao qual estava subordinada a questão. Ofereci-lhe o livro *Canais*

e Lagoas. Procurei mostrar-lhe detalhadamente a riqueza de Alagoas em petróleo. Acentuei a necessidade de aproveitá-la.

O Ministro Simões Lopes ficou impressionado com a exposição dos fatos. E recomendou ao Serviço Geológico e Mineralógico Federal que fizesse perfurações em Alagoas. Isto se realizou. Os resultados provaram a existência de petróleo no Riacho Doce. Foi esta uma das primeiras perfurações de petróleo no Brasil.

No discurso pronunciado no Conselho Municipal do Rio de Janeiro, a 14 de agosto de 1929, como intendente (vereador), indiquei a Bahia como zona petrolífera — 10 anos antes da descoberta do Lobato.

Nos anos seguintes, continuei a bater-me pelo nosso petróleo. Isto se vê no Prefácio da 2.^a edição do livro *Canais e Lagoas*, publicado em 1949.

Tais são os fatos.

Em conseqüência dessa luta pelo petróleo e as outras riquezas naturais e em conseqüência da luta pelas reivindicações sociais do povo brasileiro, fui barbaramente perseguido. Fui obrigado a evadir-me de Alagoas em 1919, a fim de escapar ao assassinato político. Sofri muitas prisões. Tive de afrontar mais de 15 anos de exílio na Europa. De volta, suportei uma vida de proscrito dentro da própria Pátria, durante 10 longos anos. E, durante 41 anos, fiquei exilado, sem poder voltar a Alagoas.

Hoje, é um motivo de grande alegria ver que tantas lutas não foram inúteis. O aproveitamento do petróleo brasileiro avança vitoriosamente!

O PETRÓLEO E A PETROBRÁS — Desejo levantar questões de princípios.

Penso que o Brasil deve tornar-se uma grande potência mundial — potência agro-industrial, marítima e continental. É a nossa perspectiva econômica, política e estratégica!

O petróleo é não somente um problema econômico, mas também político e militar estratégico — explosivo. Deve ser encarado e resolvido como tal.

Sou de opinião que a Petrobrás tem de ser um dos esteios da independência econômica do Brasil. Portanto, também da sua independência política. Está cientificamente provado que a política é a expressão concentrada da economia.

O problema da Petrobrás é, pois, de caráter profundamente político, patriótico e nacional. Não pode ser rebaixado a simples questões de negócios. O objetivo da Petrobrás não é fornecer lucros máximos, imediatos e extraordinários aos acionistas, explorando o povo brasileiro. Ela não pode ter os objetivos dos monopólios imperialistas.

A Petrobrás sempre teve muitos inimigos. Sempre foi combatida pelos trustes estrangeiros e pelos entreguistas brasileiros — sócios, agentes ou aliados dos monopólios imperialistas. Uns e outros pretendem reduzir a Petrobrás a uma triste subsidiária dos trustes estrangeiros, mascarada de “companhia mista”. Daí, a necessidade de reforçar a luta e a vigilância, desmascarar os inimigos declarados e, especialmente, os inimigos encobertos — os mais perigosos!

OS CIENTISTAS E TÉCNICOS ESTRANGEIROS — São conhecidos dois tipos principais de cientistas e técnicos estrangeiros.

Existiram cientistas estrangeiros como Hartt, Bran-ner e Derby, Martius, Spix e Eschwege, Mane, Bates e Wallace, ou Saint-Hilaire e Gorceix. Amaram a ciência e o Brasil. Fizeram longas viagens penosas. Trabalharam pelo nosso progresso. Merecem a nossa gratidão.

Pelo contrário, existem técnicos estrangeiros que estão ligados estreitamente aos monopólios imperialistas e ‘trabalham’ a serviço deles. Formam um bloco com os entreguistas e capituladores brasileiros — sócios, agentes

ou aliados dos trustes estrangeiros. Não merecem a nossa confiança.

Portanto, existe um abismo intransponível entre os dois tipos — entre os cientistas norte-americanos como Branner e os agentes dos trustes norte-americanos como Link!

MISTER WALTER LINK — O Sr. Walter Link é um especialista estreito, terra-a-terra. Não tem nenhuma cultura geral. Agente direto da companhia imperialista Standard Oil. Nela trabalhou durante 29 anos. É uma nova edição, ainda mais perigosa, dos Malamphy e Oppenheim, que se infiltraram no Departamento Nacional da Produção Mineral e sabotaram a descoberta de petróleo no Brasil.

Link recebeu uma “indenização” fabulosa — 500 mil dólares — para vir “trabalhar” na Petrobrás e, aí, pago em dólares, a pêso de ouro, torpedeá-la de dentro.

Durante 6 anos, de 1954 a 1960, a Petrobrás levou a sério a direção técnica de Mister Link. Será que o Brasil não tinha homens capazes e honestos?

É doloroso pensar que, em tôda a História do Brasil, inúmeros charlatães estrangeiros foram aqui recebidos de braços abertos, levados a sério e colocados em altos postos...

Mister Link partiu, muito bem pago, rindo-se gostosamente dos brasileiros. Mas não terá deixado no Brasil nenhum filhote?

Razões econômicas e financeiras, políticas e ideológicas, razões de classe, impedem que os Link auxiliem sinceramente o Brasil. Os técnicos estrangeiros ligados aos trustes e os estreguistas brasileiros não podem lutar, de fato, pelo futuro do Brasil. Não têm nenhum interesse em transformar o Brasil num país independente, nos terrenos econômico e político, científico e técnico. Pelo contrário, seu interesse é torpedear essa grande obra progressista.

A libertação econômica, portanto política do Brasil, é tarefa para gigantes, e não para pigmeus. Exige homens de talento e caráter, cultura e combate!

O RELATÓRIO LINK — Li com atenção as entrevistas do Dr. Francisco Mangabeira no “Diário de Notícias” de 18 de fevereiro e 2 de março de 1962, o Relatório Link e a *Análise do Relatório Link*, feita pelos Drs. Pedro de Moura e Décio Oddone, em abril de 1961.

O Dr. Francisco Mangabeira acentua: A “Petrobrás não existiria se fôssemos confiar em Link”. Mister Link dizia que a zona de Tucano, Bahia, era excelente. Mas, aí, não abriu sequer um único poço, durante 5 anos. Depois, abriu 3. Mas todos secos!

O Dr. Pedro de Moura refutou o pessimismo e as contradições grosseiras do Relatório Link. Acentuou que, na Bahia, a produção foi iniciada com pequenos poços de 15 a 30 barris. Só depois, com muito esforço, foram descobertos os campos importantes. Tal o caminho da tenacidade brasileira, e não o do aventurismo e derrotismo dos Link. Penso que o mesmo caminho deve ser seguido em Alagoas.

O Relatório Link é um documento inconcebível. É leviano e derrotista. Não tem valor técnico nem científico. Faz uma “geologia” a galope, exclusões e generalizações com extrema facilidade, sem nenhuma seriedade no terreno difícil e complexo da geologia brasileira, tão original.

O relatório traça um esquema sobre as bacias petrolíferas do Brasil. Ora, êsse esquema é artificial. Além disto, a realidade é antiesquemática por natureza.

A ciência exige uma análise concreta de cada situação concreta. O Relatório Link é incapaz de fazer uma análise concreta. Passeia pelas zonas geológicas de Cuba, Haiti e São Domingo. Ora, a discussão travava-se a respeito do Brasil, e não dêsse outros países.

Apesar dos esforços nobilíssimos de tantos cientistas e técnicos, damos ainda os primeiros passos no terreno do conhecimento profundo e complexo do Brasil. Apesar de tudo, as pesquisas geológicas e geofísicas no Brasil ainda são insuficientes para darem um quadro concreto e completo do imenso País. Daí, inúmeros obstáculos no caminho do progresso da nossa Pátria. Daí, a necessidade de novas pesquisas.

Míster Link reconhece, no relatório, que dispunha, apenas, de fragmentos sôbre a geologia do Brasil. Reconhece que seus dados "não retratam o conjunto do quadro". Meteu-se em funduras. Caricaturou, assim, o cientista Ouvier. Dispunha, apenas, de uma queixada de burro, fossilizada. E pretendeu descobrir um leão...

Os Link concluíram que nada existia na Amazônia. Desprezaram-na. Condenaram que se fizesse, aí, qualquer pesquisa. A Amazônia deveria ficar totalmente abandonada. Sôbre que se basearam? Sôbre algumas dezenas de perfurações feitas à doida nessa imensa região!

Link, no relatório, chora o dinheiro gasto nas sondagens. E por que mandou fazer tantas perfurações à doida? E por que mandou fazer 89 furos caríssimos e desnecessários na zona de Marajó? E por que não lamenta o dinheiro malbaratado com suas atividades tão nocivas? E por que não lamenta os bilhões que os trustes estrangeiros têm arrancado ao Brasil?

Os Link e seus confrades brasileiros andavam à procura de Eldorados baratos e Sabarabuçus facilímas. Buscavam, no Brasil, uma Canaã ideal onde o leite, o mel e o petróleo jorrassem aos borbotões. Sonhavam com o Bonanza Oil, em poços riquíssimos. Esperavam encontrar em cada buracão de tatu do Brasil um poço petrolífero como os do Lago de Maracaíbo, na Venezuela. Não encontraram. O mito dos Maracaíbos evaporou-se. E, daí, o derrotismo.

No relatório, que preconiza Link, afinal? Textualmente: "sugiro que a Petrobrás vá a algum outro país

onde podem ser obtidas concessões e onde as possibilidades de encontrar óleo são boas".

Incrível! Abandonar o Brasil e meter-se em aventuras internacionais, em outros países... Seria uma desgraça nacional!

APELO CALOROSO — Faço à direção da Petrobrás um Apêlo caloroso, veemente e apaixonado, de patriota brasileiro e alagoano, em vista do seguinte:

EM ALAGOAS

1.º — Aprofundar os estudos científicos e técnicos, geológicos e geofísicos, teóricos e práticos, nas zonas petrolíferas de Alagoas.

2.º — Aproveitar os poços que já produzem como os de Jequiá n.º 2, Piaçabuçu e Tabuleiro do Martins, para fornecer ao Brasil o petróleo de Alagoas, refinando-o e levando-o ao consumo.

3.º — Fazer novas perfurações nos poços positivos como o da Ponta Verde e aproveitar o petróleo aí existente.

EM GERAL

1.º — Orientar-se no sentido de concentrar a pesquisa do petróleo, a extração, a refinação, o transporte e, especialmente, o abastecimento do mercado brasileiro, nas mãos poderosas da Petrobrás, e não nas garras aduncas dos monopólios estrangeiros, imperialistas.

2.º — Acelerar a extração e o refinamento do petróleo. Concentrar os trabalhos nas regiões reconhecidamente petrolíferas, descobrir nelas novas zonas de importância comercial e industrial. Não abandonar de forma alguma as pesquisas nas outras regiões. Obter em alta escala os mais diversos produtos e subprodutos da refinação do petróleo. Aprimorar a técnica. Redobrar de vigilância contra o relaxamento, os incêndios e a sabotagem nos poços e refinarias.

3.º — Criar novos quadros de brasileiros que tenham não somente a mais alta e a mais profunda capacidade técnica, mas também sejam *verdadeiros patriotas incorruptíveis*, da maior firmeza moral. Impulsionar a inventiva e a iniciativa da base — dos técnicos brasileiros e dos simples trabalhadores — no aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e dos métodos de pesquisa e produção.

4.º — Adotar uma política econômica de supressão de cargos e despesas desnecessários, e de racionalização da produção, tudo em proveito do Brasil.

5.º — Aproveitar os estudos teóricos e práticos, as pesquisas de campo, os levantamentos, as perfurações etc., já realizados pela Petrobrás, para impulsionar, aprofundar e divulgar os novos conhecimentos científicos sobre a mineralogia, a geologia, a geofísica e a paleontologia do Brasil. Escrever os estudos científicos e os materiais didáticos em termos simples, acessíveis às massas estudosas.

6.º — Estudar, reconhecer e popularizar a obra dos pioneiros do petróleo brasileiro. Mostrar seus esforços no meio de condições adversas.

7.º — Fazer um balanço concreto e profundo de toda a atividade dos Walter Link e dos seus confrades brasileiros — derrotistas, entreguistas e capituladores — que se infiltraram na Petrobrás e, aí, durante anos, torpedearam-na de dentro. Levar o debate às amplas camadas do povo. A publicação desse balanço contribuirá muito para aumentar a autoridade da Petrobrás, educar o povo brasileiro e reforçar a consciência nacional.

8.º — Não entregar postos de confiança e responsabilidade a estrangeiros como os Link. Nem também a entreguistas brasileiros, pois capitulam facilmente diante dos trustes e são sócios, agentes ou aliados desses monopólios imperialistas.

9.º — Aproveitar os técnicos e os professores, os instrumentos e os aparelhos de uma série de países da

Europa, e não unicamente dos Estados Unidos como os Link.

10.º — Controlar rigorosamente as companhias contratantes e os técnicos estrangeiros que têm ligações com os trustes. Orientar-se no sentido de ir reduzindo o papel dessas companhias e técnicos.

Caros Drs. Francisco Mangabeira e Pedro de Moura, envio-lhes saudações cordiais e votos pelo progresso da Petrobrás, a serviço da nossa Pátria!

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Retificação

No artigo publicado no n.º 41 da "Revista Brasiliense", de autoria do Dr. Mário Victor de Assis Pacheco, não foi mencionado o Laboratório Farmacêutico Internacional S. A. (LAFI) como nacional. Dirige-nos o autor, uma carta pedindo que este fato seja esclarecido, porquanto teve oportunidade de verificar que a referida empresa é genuinamente nacional, não remetendo para o Exterior, juros, dividendos ou mesmo *royalties*.

E. C. N.